

Nota dos editores

Charles Philippe Théodore Andler (1866-1933) foi um importante germanista francês, professor titular de língua e literatura alemã no Collège de France e na Sorbonne. Sua família, de cidadania francesa, permaneceu na Alsácia-Lorena depois que a região foi anexada à Alemanha em 1871.

Andler foi um militante socialista bastante ativo. Viveu em Berlim até 1891, onde estudou com Erich Schmidt e Heinrich von Treitschke. Tornou-se conferencista na École Normale Supérieure a partir de 1893. Em 1904 viajou a Weimar, onde conheceu Elisabeth Foerster-Nietzsche, irmã do filósofo, e Carl Albrecht Bernoulli, grande conhecedor do pensamento nietzschiano.

Durante a Primeira Guerra Mundial, fundou e dirigiu a Liga Republicana da Alsácia-Lorena, que defendia a devolução da região à França, objetivo conquistado no Tratado de Versalhes (1919). Reorganizou então a Faculdade de Letras de Estrasburgo. Publicou doze livros, entre os quais o monumental estudo *Nietzsche, sa vie et sa pensée*, em seis tomos. É a obra que a Contraponto e a Editora PUC-Rio apresentam agora ao público leitor de língua portuguesa, em primeira tradução.

Nossa edição organizou os seis tomos originais em três volumes da seguinte maneira:

VOLUME I

Tomo I. Os precursores de Nietzsche

Tomo II. A juventude de Nietzsche até a ruptura com Bayreuth

VOLUME II

Tomo III. O pessimismo estético de Nietzsche

Tomo IV. A maturidade de Nietzsche

VOLUME III

Tomo V. Nietzsche e o transformismo intelectualista

Tomo VI. A derradeira filosofia de Nietzsche

Prefácio

Um livro sobre Nietzsche deve começar destacando os precursores do nietzschianismo. Não é possível compreender o pensamento de Nietzsche se não nos familiarizarmos, em primeiro lugar, com a cultura intelectual que o alimenta.

Nietzsche se vangloria de tudo o que soube aprender. Para ele, escolher mestres foi a arte de dar a si mesmo alguns ancestrais. Ele disse com orgulho: “Sei que o sangue de Platão, Pascal, Spinoza e Goethe corre em minhas veias.”

Muitas vezes Nietzsche montou a árvore genealógica da linhagem da qual se considerava herdeiro. Jamais quis admitir a distinção, estabelecida por Michelangelo, entre arte de aprender e dom natural:

O que chamais de dom natural senão um fragmento mais antigo de aprendizagem, uma experiência, um adestramento e uma assimilação que se realizaram talvez na época de nossos pais, ou antes? [...] Aprender não será conferir dons naturais a si mesmo?¹

Eis uma regra de vida que Nietzsche tomou emprestada de Goethe. Ele guardava as passagens das *Conversações com Eckermann* e das *Máximas e reflexões*, nas quais o velho Goethe multiplica as homenagens e reconhece os antecessores nos quais foi buscar sabedoria. Goethe escreveu:²

O que é original em nós se conserva e retoma vigor, sobretudo, se não perdemos de vista nossos grandes ancestrais. Não somente aquilo que nasce conosco, mas o que sabemos adquirir também nos pertence e faz parte de nossa substância.³

Traçar a ascendência espiritual de Nietzsche já é descrevê-lo. Mesmo se ele só tivesse renovado a expressão do pensamento adquirido, produzindo a mais poderosa melodia ouvida em prosa alemã, já caberia fazer o levantamento dos temas que tomou emprestado e cuja variante criou. Mas há mais. Essas vozes conhecidas que percebemos sob a sombra ruidosa dos escritos de Nietzsche são de seus guias. Ele as seguiu assim como Siegfried segue o pássaro-profeta da floresta. Com

conselhos de prudência, audácia e esperança, elas o conduziram até o local onde ele devia encontrar o inimigo, cuja lança traz gravadas as runas do costume, da lei, de todas as velhas tradições. Sua espada seria forjada com fragmentos antigos; só Nietzsche tinha o segredo de fazer com eles uma nova arma. Ele foi levado por essas vozes condutoras até a encruzilhada fatal, mas teve de abater sozinho o adversário predestinado. Eis aí sua obra própria, sua proeza sem modelo: “*Ohne Geheiss — aus eigener Not — mit der eignen Wehr — die Tat, die nie ein Rat ihm riet*” [Sem ordem — por necessidade própria — com força própria — o ato que jamais um conselho lhe aconselhou].⁴

Cumpra saber se ele soube despertar uma verdade nova, situada além dessa encruzilhada.

A filosofia de Nietzsche é construída como se ao longo da história o pensamento tivesse galgado, um após outro, três planos naturais e hierarquizados, sendo preciso ultrapassá-los para alcançar o quarto. Esses três estágios do pensamento não constituem uma filosofia da história. Nascem do movimento de reflexão, que dispõe de um único meio para atingir a coerência: abalar pela *dúvida* as crenças costumeiras que constituem o primeiro conteúdo do saber, da moralidade e da religião dos homens e formulam a primeira noção que eles têm de suas relações entre si e com o mundo. E depois, por uma análise cada vez mais ampliada, buscar entre esses fragmentos dissociados uma coesão nova que se chama *razão*.

Esse processo do pensamento foi descoberto pelos filósofos gregos, os primeiros a perceber que as palavras primitivas para o saber, a moralidade e a religião são definidas pelo *uso*, misturado às constatações experimentais mais antigas. Eles submeteram esses usos a um exame de dissociação que é uma lição imortal de crítica. Depois, da onda crescente da dúvida eles acreditaram ver surgir a Razão, radiante como Afrodite, cuja simples aparição nos ofusca de evidência.

O nascimento da Razão é toda a história do pensamento grego, cujo ritmo fascina e move o pensamento humano até os nossos dias. A filosofia de Nietzsche nasce dessa generalização, que lhe sugere uma nova interpretação da vida e da filosofia gregas.

Quando precisam reconhecer o verdadeiro, todos os povos confiam primeiro no costume. As crenças transmitidas são uma espécie de fato

mais resistente que os fatos materiais, já que ninguém ousa tocá-las. A dúvida não se aproxima das crenças, que guiam os homens nas incertezas. As crenças fornecem designações familiares para resumir e interpretar o que foi experimentado, prescrevem regras minuciosas de conduta na família, na tribo e na cidade, definem as influências misteriosas que povoam o Universo e os ritos que nos protegem delas. Esse primeiro plano do pensamento é o plano *costumeiro* e *pré-lógico*.

Só diante de uma necessidade urgente os homens abandonam essa forma costumeira de pensar. De preferência, as sociedades vivem com base em suas ideias mais antigas, aprovadas pelo tempo e por um caráter sagrado que as imobiliza. Mas a experiência, com cruéis lições, as abala. Fornece um novo saber. O contato com os homens de fora faz surgir outras normas morais. Encontrou-se um povo, o povo grego, e nesse povo, sobretudo, uma cidade, Atenas, onde o desenvolvimento das instituições políticas e da prática jurídica criou a arte do debate. Nela havia costumes variados, muitas regras de direito e dever e inúmeros cultos. Seus habitantes não podiam se ater a um só costume. Aprenderam a fazer escolhas, o que pressupõe a *dúvida*. Diversos pensamentos até então afastados se aproximaram, e o choque os rompeu.

A sofística grega foi o primeiro esforço agressivo do pensamento para abrir caminho até o real, atravessando os preconceitos da tradição. Górgias e Protágoras duvidam do testemunho dos sentidos. Hípias contesta o direito consuetudinário. Pródico suspeita que o divino não passe de um nome de utilidade pública. Com esses filósofos, o espírito humano se eleva a um novo plano, o ceticismo, no qual a reflexão se move totalmente pura, com uma liberdade que não aceita qualquer lei externa. Ela procura sua lei em si mesma.⁵

Toda sofística é provisória. Toda discussão supõe que, entre os que debatem, já estejam implicitamente combinados alguns princípios comuns em nome dos quais se julga. Não há vitória na disputa dos pensamentos se não existe árbitro, e esse árbitro só pode ser a *razão*. Em cada objeto de debate existe, portanto, uma essência racional passível de definição. Quando ela é definida, a discussão termina. Com Sócrates e Platão, a dialética se torna um método que conduz às ideias puras. Ela descobre em que medida as coisas participam dessas ideias e estabelece entre elas uma hierarquia que, acima de todos os deuses vulgares, situa um deus maior: a ideia do Bem.

Não será evidente que nós, que conhecemos essas ideias imutáveis, devemos participar de sua imutabilidade? Existe, portanto, como ensinaram os mistérios órficos, uma região imaterial onde vivem as ideias e as almas, da qual nossas almas desceram sem tê-la esquecido. Essa simples lembrança provoca em nós uma emoção inebriante. A partir de Platão o pensamento humano fincou pé no plano do *racionalismo*, ou seja, em uma região em que o pensamento percebe o que dura mais que todo dado sensível.

O primeiro enigma decifrado por Nietzsche foi esse ritmo de retorno de todo pensamento humano. Sua ambição foi tornar a abalar, por uma nova obra, esse imenso esforço de análise e reconstrução. O grande rival contra o qual Nietzsche luta, e que ele pretende ultrapassar, é Platão. Ele quer fundar um novo platonismo, isento das taras que, desde Platão, viciaram a filosofia.

O segundo segredo que Nietzsche descobriu foi que todo trabalho intelectual do passado, depois de ter desagregado os costumes, culminava sempre em um racionalismo idealista, mas cada uma dessas novas filosofias, quando descia até o povo, transformava-se em preconceito opaco e costume paralisante. Eis aí um fato geral. Nietzsche gabou-se de ter sido o primeiro a observá-lo.

Quantas vezes se petrificaram as ideias? Todas as obras de Nietzsche descrevem essa história, e *A vontade de poder* a resume. Houve um platonismo tardio, o cristianismo, estabelecido pela negação apaixonada da moral, da cidade e dos deuses antigos, aprofundado pelo misticismo medieval e sistematizado pela escolástica aristotélica. No entanto, será que essa crença — que no começo parecia dotada de toda luz, toda vida, todo êxtase e toda razão — não arrastou durante séculos a existência exangue dos seus dogmas ressequidos?

O platonismo também é a filosofia moderna, que eclode depois de Giordano Bruno, e a civilização racionalista que a traduz. Ela exigiu, quase ao mesmo tempo, o grande trabalho de ceticismo científico e imoralista, os grandes descobrimentos marítimos, a cosmografia e as novas matemáticas, toda uma explosão sangrenta de paixões privadas, civis e religiosas, primeiramente na Itália. Depois, a reconstrução se fez pelo racionalismo de Descartes e pelo estilo severo da vida e da arte no reinado de Luís XIV.

Será que esse racionalismo não teria se congelado, por sua vez, nas formas opressivas do Estado absolutista, do catolicismo restaurado, de um luteranismo que desfez tudo o que foi adquirido pelo Renascimento? Não terá sido necessário um século de crítica, a sátira de Voltaire, o fenomenismo de Hume, a exegese negativa de Reimarus, a revolta apaixonada do *Sturm und Drang*, o retorno à Antiguidade e, acima de tudo, a renovação trazida pela Revolução Francesa? Um grande sopro platônico passou, apoderando-se de todas as artes, renovando a conduta do homem, fundando um cosmopolitismo republicano que, por sua ambição, era maior que todos os sonhos platônicos de reforma pan-helênica.

Platônica, enfim, é a filosofia romântica, que completa a crítica do racionalismo e, por meio de Fichte, Novalis e Schleiermacher, pretende alcançar, sob a casca congelada dos conceitos, o fluxo interior que se percebe no fundo da consciência e que é a nossa personalidade verdadeira. Ela descobre a vida mental das coletividades. De onde nascem os grandes fatos sociais, a linguagem, os costumes morais, o direito, a religião, as formas de arte que nenhum indivíduo inventa, senão de uma psique social na qual nossas almas mergulham em busca da vida? Não seria necessário, a partir disso, como acreditava o *Timeu*, chegar ao ponto de admitir uma “alma do mundo” na qual se movem ao mesmo tempo as almas individuais e as almas das coletividades? Assim, a filosofia de um Creuzer ou de um Görres acreditava ter reencontrado os ensinamentos do mais antigo sacerdócio oriental, o dos persas ou o dos egípcios, pelos quais Pitágoras e Platão, sem dúvida, tinham começado.

No entanto, assim como a regressão luterana e absolutista trouxera de volta uma Idade Média mutilada, a regressão contemporânea trouxera de volta um mau século XVIII. A filosofia das Luzes não pôde escapar ao destino de cair na vulgaridade. Segundo Nietzsche, perdemos o vigor, imersos em um falso determinismo científico, um falso historicismo, um humanitarismo debilitante. Nietzsche esforçou-se, em primeiro lugar, para salvar a cultura platônica dos clássicos e dos românticos. Esperou que surgisse um renascimento do goethismo reavivado e aprofundado por Schopenhauer e Richard Wagner.

Sua primeira decepção foi ver que Goethe não convinha ao preconceito popular, mas Schopenhauer e Wagner acomodavam-se demais a

ele. Então, para reerguer a tradição clássica e romântica deformada, ele apelou para a grande linhagem dos cétricos franceses da moral, que, de Montaigne a Stendhal, buscaram a vida sob a convenção fictícia. Um grande historiador suíço, Jacob Burckhardt, a prolongava, e da jovem filosofia dos Estados Unidos, com Emerson, erguia-se a miragem de um romantismo virgem, depurado pelo ceticismo de Montaigne.

Tendo chegado o momento de realizar sua obra, acompanhado por todos eles, Nietzsche manda-os embora, não por ingratidão, mas com melancolia. Pois ele precisa realizar sozinho a tarefa que lhe cabe: fundar a primeira filosofia contemporânea. Resolvido a limpar para sempre o solo de qualquer proliferação de platonismo, ele extirpa a camada mais subterrânea e mais resistente, a crença cristã. Por baixo dos preconceitos congelados de religião, moral, política e metafísica, ele pretende reencontrar o segredo da vida natural e social. Este aforismo é um grito do seu coração: “Os homens dogmáticos, como Dante e Platão, são aqueles que sinto mais afastados de mim. Talvez por isso me atraíam mais que os outros.”⁶

Esses dogmáticos abrigam-se nas fictícias e frágeis construções de ideias que acreditam ser eternas. Nietzsche pretende nos ensinar a viver no real movediço. Concebe um fenomenismo idealista novo, que retraçará o contorno exato e a sinuosidade da vida sem lhe atribuir direção, mas conferindo-lhe um sentido nela depositado por nosso juízo e nossa emoção.

Nietzsche abordou sua tarefa com humildade orgulhosa, com alegria extática e angustiada. Percorreu a história inteira de filosofias, literaturas, ciências, crenças, civilizações. Quem faz a história de seu pensamento deve ler os livros que ele leu.⁷ Como não ser, por vezes, tomado pelo desespero diante da extensão dessa pesquisa e da variedade de saberes que ela exige?

Este volume introdutório não pretende enumerar todos os materiais de que Nietzsche lançou mão. Sua biografia intelectual definirá a hora em que ele os usa e os litígios nos quais se engajou. É preciso distinguir entre as informações que ele toma para se instruir, de um lado, e os pensamentos que lhe servem de princípio construtivo, de outro. As primeiras são úteis para melhor conhecê-lo, mas só os segundos tornam possível compreendê-lo. O nietzschianismo foi lon-

gamente incubado no espírito de seus antecessores. Vamos descrever aqui como o sistema, antes de ter nascido, vivia em alguns espíritos cujo pensamento transmitiu-se a Nietzsche como por uma transfusão de sangue espiritual.

É uma descrição cheia de riscos, pois essas vozes cantantes dos pensamentos alheios, com as quais Nietzsche construiu seu concerto interior, se fazem ouvir alternadamente: se entremeiam, se calam e tornam a cantar. Tentei assinalar esses recomeços, os silêncios e as simultaneidades. Daí o plano do livro. Foi necessário falar de Montaigne, Pascal, La Rochefoucauld e Chamfort muito depois de ter falado dos alemães dos séculos XVIII e XIX. A influência de Burckhardt e de Emerson aparece muito tarde, quando a voz dos moralistas franceses já se fundiu na grande orquestração geral do sistema.

Para abreviar este estudo, levei em conta a experiência e o sentimento vivo do leitor. No caso de certos temas, extraídos dos maiores autores, como Goethe ou Schiller, parece suficiente indicá-los em acordes breves para que sejam logo reconhecidos. Em outros casos, foi necessária uma análise mais minuciosa. Segui com prazer essa trama de “filigrana de ouro” — que, segundo o maior dos *Nietzsche-forscher* [pesquisadores de Nietzsche], Carl Albrecht Bernoulli, vincula Nietzsche ao pensamento francês — porque ela jamais fora posta a descoberto. Neste volume e nos seguintes, insisto na “helvetização” de Nietzsche, que ele reconheceu, porque ela nunca foi descrita em sua verdadeira profundidade.

Acreditei realizar uma obra de historiador sem ser afetado pela “moléstia histórica”. Nietzsche não havia evocado a época em que sua crescente autoridade faria com que ele fosse comentado como um clássico? Essa época chegou.

Alguns acontecimentos retardaram em seis anos a publicação deste livro. Ele começou a ser impresso no momento em que se travava no Marne, em 1914, a batalha que, mais que a de Valmy, abriu uma nova era. Um grande presságio de Nietzsche se realizou nesse mês de setembro trágico e libertador.

Nietzsche pranteava a loucura de uma Europa “que derramava rios de sangue europeu, assim como os gregos derramavam rios de sangue grego, sacrificando quase sempre os homens de cultura mais elevada”.⁸

Ele sabia da responsabilidade alemã no perigo permanente que pesava sobre a humanidade por causa da militarização generalizada da Europa. Considerava a provocadora divisa “Alemanha acima de tudo” como “a convocação mais desprovida de sentido que jamais existiu neste mundo”.⁹

É por isso que este livro é dedicado à memória dos jovens germanistas franceses diante dos quais ele foi planejado. Ao darem a vida por seu país, eles salvaram a civilização europeia. Sempre acreditaram que a Alemanha de Goethe, Beethoven e Nietzsche saberia encontrar nela o seu lugar.¹⁰

Notas

1. Nietzsche, *Aurora*, § 540 (W., IV, p. 346).
2. Goethe, *Conversações com Eckermann*: 12 de maio de 1825 e 16 de dezembro de 1828; *Geschichte der Farbenlehre*, Edição do Centenário, 1905, t. XL, p. 143; *Máximas e reflexões*, *ibid.*, t. XXXIX, p. 110.
3. *Máximas*, *ibid.*, t. XXXVIII, p. 278.
4. Richard Wagner, *As valquírias*, Ato I, Cena 2 (*Gesammelte Schriften*, VI, p. 41).
5. Esse pensamento de Nietzsche sobre os sofistas só foi fixado na época de *A vontade de poder*, § 429 (W., XV, p. 457). Em seu primeiro ensino, Nietzsche, por infelicidade, seguiu a interpretação de Grote, para quem os sofistas representam a cultura intelectual regular e ortodoxa dos atenienses, ao passo que Sócrates e Platão teriam sido os revoltados. Veremos adiante como essa mudança de atitude modificou também o pensamento de Nietzsche sobre Sócrates.
6. Nietzsche, *Fragmentos póstumos de 1882-1883* (W., XIII, p. 55).
7. A tarefa é facilitada não somente pelas citações que abundam nas obras e na correspondência de Nietzsche, mas por dois modestos e utilíssimos instrumentos: 1) O catálogo da biblioteca de Nietzsche, conservado no Nietzsche-Archiv de Weimar e publicado por Elisabeth Foerster-Nietzsche sob o título *Friedrich Nietzsches Bibliothek em Bücher und Wege zu Büchern*, por Arthur Berthold, 1900; 2) A lista dos livros que Nietzsche pegou emprestados na Biblioteca de Basileia (1869-1879), publicada por Albert Lévy, professor da Universidade de Estrasburgo, como apêndice à sua tese complementar, *Stirner e Nietzsche*, 1904.
8. Nietzsche, *Humano, demasiado humano*, I, § 442 (W., II, p. 328).
9. *Fragmentos póstumos de 1882-1888*, § 867 (W., XIII, p. 350).
10. Citamos Nietzsche segundo a grande edição dos *Gesammelte Werke* in-8°, publicada por Naumann, em Leipzig, em 19 volumes (1899-1913), e cuja paginação coincide com a edição in-12° (1899-1904), à qual faltam, todavia, os três volumes dos *Philologica*. Citei a paginação fazendo com que ela fosse precedida pela sigla W. Todas as minhas referências remetem, no entanto, primeiramente aos números dos parágrafos, a fim de poderem ser verificadas também na *Taschenausgabe* em 11 volumes (1910-1913), e em todas as traduções estrangeiras.